



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIA

1. DA DEFINIÇÃO DO OBJETO

- 1.1. **Registro de Preços para fornecimento e entrega de persianas modelo vertical**, visando atender às necessidades do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, conforme condições, exigências e especificações descritas no presente Termo de Referência.

1.1.1. Quadro sintético:

LOTE	ITENS	ESPECIFICAÇÃO GERAL	CÓDIGO SIASG	UNIDADE DE MEDIDA	QTDE ¹	VALOR MÁXIMO ACEITÁVEL UNITÁRIO	VALOR MÁXIMO ACEITÁVEL TOTAL
	1	Persiana vertical SEM blackout (especificações no Item 1.2.1)	425162	m²	600	R\$ 84,67	R\$ 50.802,00
	2	Persiana vertical COM blackout (especificações no Item 1.2.2)	390248	m²	800	R\$ 133,67	R\$ 106.936,00
Valor máximo aceitável para o lote							R\$ 157.738,00

1.2. Das especificações técnicas do produto:

- 1.2.1. **Item 1 - Persiana vertical SEM blackout:** persianas verticais, em poliéster com polietileno, na cor bege mescla, translúcida, com lâminas contendo 90 mm de largura e 0,50 mm de espessura, trilhos em Trilho galvanume - liga de aço, zinco-alumínio - na cor natural, com 2,5 cm de altura e 4,5 cm de largura; corda de operação de movimento de abrir e fechar confeccionada 100% em propileno de alta resistência medindo 2,00 mm de espessura; carrinhos transportadores das lâminas em polipropileno e ganchos em policarbonato, com mecanismo auto alinhante, giratório e redutor tipo catraca acionado por corrente bolas de aço inox; corrente (rosário) na base em PVC e peso em metal galvanizado revestido de PVC; comando com giro de 180º e corrente bola em PVC; sobreposição entre lâminas de no mínimo 2 cm; lamelas de no máximo 6,5 cm; pêndulos e balastro totalmente em PVC e cabides e balastros em nylon tratados contra ressecamento.

- 1.2.1.1. Não obstante o detalhamento acima, as medidas exatas das persianas serão informadas pelo Contratante ao fornecedor no momento da formalização de cada pedido dentro da vigência da Ata de Registro de Preços.

- 1.2.1.2. Cada persiana deverá ser entregue acompanhada do kit de instalação (grampos, suportes, parafusos e buchas necessários à instalação dos trilhos e da persiana em

¹ Quantidade estimada para o 1º ano de vigência da Ata de Registro de Preços - ARP (com possibilidade de renovação dos quantitativos para o 2º ano de vigência da ARP).

si).

1.2.2. **Item 2 - persiana vertical COM blackout:** persianas verticais, em poliéster com polietileno, com blackout (de um lado material emborrachado e tecido do outro), cor bege mescla – tecido sem ranhuras; com lâminas contendo 90 mm de largura e 0,50 mm de espessura, trilhos em Trilho galvalume - liga de aço, zinco-alumínio - na cor natural, com 2,5 cm de altura e 4,5 cm de largura; corda de operação de movimento de abrir e fechar confeccionada 100% em propileno de alta resistência medindo 2,00 mm de espessura; carrinhos transportadores das lâminas em polipropileno e ganchos em polycarbonato, com mecanismo auto alinhante, giratório e redutor tipo catraca acionado por corrente bolas de aço inox; corrente (rosário) na base em PVC e peso em metal galvanizado revestido de PVC; comando com giro de 180º e corrente bola em PVC; sobreposição entre lâminas de no mínimo 2 cm; lamelas de no máximo 6,5 cm; pêndulos e balastro totalmente em PVC e cabides e balastros em nylon tratados contra ressecamento.

1.2.2.1. Não obstante o detalhamento acima, as medidas exatas das persianas serão informadas pelo Contratante ao fornecedor no momento da formalização de cada pedido dentro da vigência da Ata de Registro de Preços.

1.2.2.2. Cada persiana deverá ser entregue acompanhada do kit de instalação (grampos, suportes, parafusos e buchas necessários à instalação dos trilhos e da persiana em si).

1.3. Do local e horário de entrega: as entregas deverão ser realizadas na sede do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, em Curitiba, na Rua João Parolin, nº 224, Prado Velho, no horário das 13h às 18h, mediante prévio agendamento junto à Seção de Gestão e Logística de Materiais – SGLM, nos telefones (41) 3330-8535 ou (41) 3072-4879.

1.4. Prazo de entrega do objeto: O prazo para confecção e entrega das persianas será de 20 (vinte) dias corridos, contados da data do aceite da Nota de Empenho relativa a cada pedido formalizado pelo Contratante dentro do prazo de vigência da Ata de Registro de Preços.

2. DA FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO (JUSTIFICATIVA)

2.1. A presente contratação tem como razão a necessidade de aquisição de persianas para substituição das que vêm sendo utilizadas há bastante tempo nos prédios do TRE/PR situados na capital e no interior. Muitas foram adquiridas há mais de 10 (dez) anos, quando os Fóruns foram inaugurados.

2.2. Devido à ação do tempo, do sol e do calor, especialmente no interior do Estado, os mecanismos internos das persianas se desgastam, ressecam e quebram. Isso causa travamento e impede a manutenção corretiva, tornando a substituição a única solução viável.

2.3. O desgaste das persianas deixa muitos locais desprotegidos da luminosidade, comprometendo a integridade de ambientes, móveis e equipamentos, além de prejudicar a imagem do Tribunal.

2.4. Ademais, em alguns ambientes do Tribunal são realizadas audiências, oitivas e sessões, sendo essencial a preservação mínima da privacidade para o andamento dos trabalhos.

2.5. Para proporcionar ambientes adequados à realização dos trabalhos faz-se necessária a sua proteção contra a incidência direta de raios solares sobre as pessoas, os equipamentos eletrônicos e os bens móveis em geral. É necessário, assim, meios de controlar não só a iluminação dos ambientes, como também a sua temperatura, diminuindo a irradiação solar

direta.

3. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1. Das obrigações da Contratada:

- 3.1.1. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local de entrega constantes neste Termo de Referência, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia.
- 3.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).
- 3.1.3. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo de **10 (dez) dias úteis**, as persianas que apresentarem avarias ou defeitos detectados em qualquer dos atos de recebimento.
- 3.1.4. Responder, por escrito, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, quaisquer esclarecimentos que forem solicitados pelo gestor da contratação, inclusive as de ordem técnica, e atender prontamente às desconformidades que lhe forem apresentadas, relacionadas com o fornecimento do material contratado.
- 3.1.5. Respeitar as normas de segurança, controle de bens e de fluxo de pessoas nas dependências do TRE-PR.
- 3.1.6. Os produtos deverão ser novos, de primeiro uso, não podendo ser confeccionados com matéria prima descontinuada ou fora de linha de produção do fabricante.
- 3.1.7. As persianas deverão ser fornecidas com todos os acessórios necessários à sua perfeita instalação e funcionamento e estarem de acordo com as condições e exigências do Termo de Referência, aplicando-se as normas do Código de Defesa do Consumidor.
- 3.1.8. A Contratada deverá acondicionar os bens em embalagem individual adequada em que constem as seguintes informações:
 - a) Cidade/Fórum Eleitoral ou local de destinação da persiana;
 - b) Indicação da janela onde a persiana será instalada, caso sejam medidas diferentes;
 - c) Informação se a persiana é com ou sem blackout;
 - d) Informação dos itens e acessórios que acompanham a persiana.
- 3.1.8.1. As informações acima servirão para controle de logística do Contratante e serão repassadas à Contratada juntamente com formalização de cada pedido.
- 3.1.9. Em todos os casos de entrega e retirada de produtos, os custos de transporte correrão por conta exclusiva da Contratada, sem ônus adicional para o TRE-PR.
- 3.1.10. A Contratada deverá manter-se em compatibilidade com a habilitação e com as obrigações assumidas na licitação até o adimplemento total da contratação.
- 3.1.11. Responsabilizar-se por todos os encargos, tributos e despesas necessárias ao transporte e à entrega do objeto em perfeito estado de funcionamento, devendo este

ser de primeira qualidade, obedecendo à garantia legal e às demais normas do Código de Defesa do Consumidor.

- 3.1.12. Manter atualizados seus endereços de e-mail e telefone junto à Gestão da Contratação.

3.2. Das obrigações da Contratante:

- 3.2.1. Permitir acesso dos empregados da Contratada às dependências do TRE para a entrega ou execução da contratação.
- 3.2.2. Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pelo representante da Contratada.
- 3.2.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no presente Termo de Referência e eventuais anexos.
- 3.2.4. Verificar, no prazo fixado, a conformidade dos bens entregues com as especificações constantes no presente Termo de Referência e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo.
- 3.2.5. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido.
- 3.2.6. Solicitar a substituição dos produtos que não atenderem às especificações do objeto.
- 3.2.7. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através da comissão/servidor especialmente designados.
- 3.2.8. Efetuar o pagamento à Contratada, na forma convencionada.
- 3.2.9. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela Contratada.
- 3.2.10. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente objeto, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

4. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Sustentabilidade:

- 4.1.1. *Critério ambiental* – Acondicionamento dos bens: Para todos os itens elencados neste Termo de Referência, material deve ser preferencialmente acondicionado em embalagem de papelão adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento, em conformidade com a IN 01/2010, art. 5º, inciso III (Ministério da Economia), bem como possibilitando sua reutilização/reaproveitamento pós-entrega para outros fins dentro da instituição, sendo ao final absorvidas pela natureza, sem impacto ambiental negativo.
- 4.1.2. *Critério ambiental/social* – Bens passíveis de coleta seletiva e reciclagem: de acordo com a matéria-prima poderão ser objeto de descarte seletivo, para posterior reciclagem, conforme apontado nos respectivos descritivos.

- 4.1.3. Observância às normas técnicas, elaboradas pela ABNT, nos termos da Lei nº 4.150/1962, para aplicação dos requisitos mínimos de qualidade, utilidade, resistência e segurança dos materiais utilizados.

4.2. Renovação de quantitativos da Ata de Registro de Preços: Será admitida a renovação dos quantitativos registrados em relação a cada item, até o limite do quantitativo original, quando da prorrogação de vigência inicial da Ata de Registro de Preços.

5. DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO E PAGAMENTO

5.1. Condições de entrega: Caso não seja possível a entrega no prazo assinalado no presente Termo de Referência (subitem 1.4), a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 5 (cinco) dias corridos de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.2. Dos recebimentos:

5.2.1. **Do recebimento provisório:** os materiais serão recebidos provisoriamente pela Seção de Gestão e Logística de Materiais – SGLM, no prazo de até 02 (dois) dias úteis, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência.

5.2.2. **Do recebimento definitivo:** Os materiais serão recebidos definitivamente pela Seção de Gestão e Logística de Materiais – SGLM no prazo de até 08 (oito) dias úteis, contados do recebimento provisório.

5.2.3. Caso o valor total da contratação decorrente da Ata de Registro de Preços seja inferior ao limite estabelecido no art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021 para a dispensa de licitação, os prazos para recebimento provisório, técnico e definitivo do objeto contratual serão reduzidos pela metade.

5.3. Dos bens rejeitados: Os materiais poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias úteis, à custa da Contratada (sem quaisquer ônus adicionais à proposta), a contar da notificação pelo Contratante, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

5.3.1. A não retirada dos bens rejeitados no prazo acima fixado acarretará a requisição do material em favor do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, pela configuração da perda da propriedade, por abandono, de acordo com o artigo 1275 do Código Civil, aplicado subsidiariamente à Lei nº 14.133/2021.

5.3.2. O material referido no item anterior será encaminhado para doação, a ser efetuada em conformidade com a Ordem de Serviço TRE-PR nº 03/2016, que estabelece procedimentos relativos ao desfazimento de materiais inservíveis no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná.

5.4. Garantia do produto, manutenção e assistência técnica: O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor)

5.4.1. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que

apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

- 5.4.2. Uma vez notificada, a Contratada realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados a partir da notificação pelo Contratante, ficando a Contratada responsável por efetuar a retirada do bem das dependências da Administração (sede do TRE-PR, em Curitiba), para promover a devida substituição, e também por entregar o item substitutivo no mesmo local.
- 5.4.3. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada da Contratada, aceita pelo Contratante.
- 5.4.4. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pela Contratada, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir da Contratada o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.
- 5.4.5. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade da Contratada.

5.5. Forma de pagamento: o pagamento será processado de modo único para cada pedido realizado dentro do prazo de vigência da Ata de Registro de Preços - ARP, após o recebimento definitivo pelo Contratante.

5.6. A empresa deverá efetuar a entrega do produto acompanhado da nota fiscal ou do DANFE (documento auxiliar da nota fiscal eletrônica) correspondente, podendo efetuar o envio antecipado do documento fiscal para o e-mail: sqlm@tre-pr.jus.br. Cada nota fiscal deverá corresponder ao respectivo pedido realizado pelo Contratante dentro do prazo de vigência da Ata de Registro de Preços - ARP.

6. DO MODELO DE GESTÃO DA CONTRATAÇÃO

- 6.1.** A contratação deverá ser executada fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 6.2.** A execução da contratação deverá ser acompanhada e fiscalizada por servidores formalmente designados, ou, na falta destes, pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)):
- 6.3.** As comunicações entre o gestor e o fornecedor devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 6.4.** Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal/gestor emitirá notificações para a correção da execução da contratação, determinando prazo para a correção.
- 6.5.** O fiscal/gestor da contratação verificará a manutenção das condições de habilitação da Contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias e as glosas, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

- 6.6.** O fiscal/gestor tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções.
- 6.7.** O gestor da contratação deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

7. DA PROTEÇÃO DE DADOS

- 7.1.** A presente contratação não envolve compartilhamento de dados pessoais.
- 7.2.** As partes devem cumprir fielmente o disposto na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) – Lei nº 13.709/2018.
- 7.3.** A não observância das normas relativas à privacidade de dados pessoais, no contexto da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) – Lei nº 13.709/2018 e dos demais normativos mencionados neste Termo, caracteriza falta e enseja MULTA DE 10% (dez por cento) do valor total do contrato.
- 7.4.** É vedado o compartilhamento dos dados pessoais coletados ou repassados em razão da execução deste contrato com terceiros, bem como sua utilização para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

8. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 8.1.** Dúvidas poderão ser sanadas com a Seção de Gestão e Logística de Materiais – SGLM, por meio dos telefones (41) 3330-8991, (41) 3330-8476, (41) 3072-4815 e (41) 3072-4816 ou pelo e-mail sglm@tre-pr.jus.br.
- 8.2.** As quantidades previstas no presente Termo de Referência são estimativas máximas, sendo que este Tribunal se reserva o direito de adquirir o quantitativo que julgar necessário, podendo ser parcial, integral, ou NÃO adquirir nenhum item.